



4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 78.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1990  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Renato Adur, Rubens Bueno e Sabino Campos. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

## OFÍCIO

Sob o n° DTL/239/90, do Sr. Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n° 426/90 a esta Casa Legislativa. -Ao conhecimento da Casa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO N° 2201-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Parecer pela Comissão Geral desta Casa, do projeto de lei que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE DE PALMEIRA - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO N° 2201-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 425/90, de autoria do Tribunal de Contas, que objetivava reestruturar o Quadro de Pessoal daquele órgão.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO N° 2201-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final aos projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

### REQUERIMENTO N° 2201-F

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do jornalista Marinósio Trigueiros Filho.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Arrebatado tragicamente do nosso convívio no último fim de semana, Marinósio Trigueiros Filho tinha 76 anos. Jornalista, escritor, poeta e compositor, ficou conhecido com a música "Cachaça não é

Água" de sua autoria, que foi a campeã do carnaval de 1952. Escreveu vários livros, iniciou em Londrina a promoção Mural de Poemas e ultimamente vinha escrevendo, em parceria com seu filho, o livro "História da Imprensa de Londrina", ainda não editado.

É com profundo pesar que registramos no Poder Legislativo este fato, mas não poderíamos nos esquivar de prestar esta homenagem a um grande paranista.

Que do presente se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 2201- I

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da repórter fotográfica Claudenice Neves.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Arrebatada tragicamente do nosso convívio no último fim de semana, Claudenice Neves era uma profissional exemplar. Trabalhando na Folha de Londrina era respeitada pela forma correta e dedicada com que desenvolvia suas atividades.

Por nós, da imprensa, era tida carinhosamente, como uma companheira que honrava a profissão e a levava com dignidade e galharia.

É com tristeza que deixamos de tê-la no convívio mas com alegria que dela nos recordamos como alguém que jamais conseguiria passar despercebida em qualquer local.

Que do presente se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 2201-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de congratulações pela passagem do Dia do Engenheiro Agrônomo, amanhã, dia 13.09.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 2201-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, propõe o presente voto de congratulações ao Jornalista Dino Almeida, pela passagem, a 6º de outubro próximo, dos 35 anos de vida profis-

fissional no campo da crônica jornalística especializada.

Dino Almeida, cronista social do respeitado jornal "Gazeta do Povo", soube evoluir do jovem com pouca experiência para o jornalismo amadurecido, preenche de preocupações com a sorte dos mais humildes, ao tempo em que retrata, com um texto elegante, os acontecimentos sociais, os eventos familiares, os êxitos pessoais de milhares de paranaenses.

Sua coluna diária e suas páginas semanais aos domingos registram, ainda, pílulas de sabedoria e do bom humor, além de antecipar revelações de fatos do ambiente paranaense que mostram o profissional arguto e atualizado, lastreando em anos de vivência nas redações e nos mais variados ambientes.

Além de marcar sempre o lado bom e favorável das pessoas, nas suas celebrações sociais, formaturas e momentos jubilosos, Dino Almeida promove eventos periódicos como a "Glamour Girl do Paraná", a "Garota Caiobá" e outras festividades marcantes que reúnem o melhor de nossa sociedade. Mas o jornalista homenageado costuma entremear essas manifestações sociais com campanhas beneméritas, de auxílio aos desvalidos, quem sabe até para que os colunáveis se lembrem daqueles que não sairiam nas referências luminosas e coloridas, mas que são marcados pela vida com o drama", na feliz assertiva do também colunista José Wanderley Dias.

Tais razões justificam, sobejamente, o registro desta Casa em favor do nosso jornalista Dino Almeida, nos seus 35 anos de profissão, a marcar a imensa contribuição oferecida ao Paraná por alguém que chegou da vizinha Santa Catarina para, através do texto impresso, ajudar a construir a identidade paranista que todos abraçamos.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2201 - C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, Manuel Antonio de Almeida, expressando apoio à decisão de realizarem uma vacinação em massa contra a meningite em Curitiba, São José dos Pinhais, Piraquara e Colombo.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Os constantes casos de meningite registrados na cidade e alguns locais da região Metropolitana têm causado apreensão às famílias, além de algumas manifestações de estudantes, pais e professores preocu-

pados com o grande número de casos registrados este ano: em torno de 80.

A vacinação deve inibir a ação das bactérias causadoras da doença, evitando assim os óbitos que têm aumentado a cada ano, embora assegurem os órgãos competentes que não se constitui em epidemia.

#### REQUERIMENTO N° 2201-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, Álvaro Dias e a Secretária de Educação Gilda Poli, propondo um plano de emergência para recuperação dos prédios públicos destinados ao ensino, a maior parte em situação de má conservação.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

São muitas as dificuldades que o setor educacional enfrenta no Paraná, entre elas a má conservação nos prédios públicos destinados ao ensino, quase sempre colocando em risco a segurança de seus ocupantes.

Em contato com representantes de escolas e alguns pais de alunos de Curitiba, pudemos observar problemas com instalação elétrica e sanitária, falta de pintura, azulejos e vidros quebrados, tacos e assoalhos deteriorados, entre outras questões.

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 482/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Os vencimentos dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, não serão inferiores àqueles atribuídos aos Carcereiros da Polícia Civil, observada a correlação de funções e a carga honorária da jornada de trabalho, nos termos ao art. 32, § 2° e 35, § 3° da Constituição Estadual.

Art. 2° - Os Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, quando no desempenho de suas atribuições funcionais, são autorizados a portar armas.

Art. 3° - Os Agentes de Segurança do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, com mais de dois anos de efetivo exercício no cargo e que tenham sido admitidos mediante concurso público, são considerados estáveis, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 36, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A isonomia de vencimentos deferida pela Carta Magna Federal e integralmente repetida, em todos os seus termos pela Constituição do Estado, não vem sendo cumprida pela alegação das autoridades de que tais dispositivos não são auto-aplicáveis e dependem de legislação ordinária para sua aceitação.

Não se podendo, em um único edito, alcançar todas as categorias funcionais abrangidas pelos dispositivos citados no artigo 1° deste projeto de lei, o estamos fazendo gradativamente, ao estudo de cada caso, em particular, até atingido o geral. Sabendo-se que os Agentes de Reclusão exercitam as mesmas funções dos Carcereiros da Polícia Civil e, tendo-se em conta que aqueles percebem vencimentos muito aquém do percebido por estes a medida visa sanar a injusta desigualdade, encontrando respaldo e amparo na Lei Maior.

De outra parte, o artigo 2° deste plano, nada mais determina do que a possibilidade dos Agentes de Reclusão desempenharem suas funções, portando armas para sua segurança e para garantia da ordem nos recintos prisionais.

Por outro lado, contempla o projeto, ainda, a possibilidade de reparação de outra injustiça, vez que centenas de Agentes de Segurança, regularmente admitidos por Concurso Público Regular, encontram-se marginalizados por não estarem, ainda, enquadrados entre aqueles funcionários considerados estáveis, o que, por certo, conseguirão com a aprovação da presente medida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ffinda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (LÊ).

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Técnicos do Ministério da Saúde, constatando o início de uma epidemia de meningite, estiveram ontem em Curitiba para discutir com a Secretaria da Saúde as primeiras providências para o combate da doença, só neste ano a meningite meningocócica, que é a mais grave, já fez em Curitiba 86 vítimas, provocando 19 mortes, quando no mesmo período do ano passado os casos registrados eram de apenas 18 doentes.

O Secretário da Saúde, Manoel Almeida Neto, contrariando os anseios da população e a própria gravidade do fato, veio negando até a última 5ª feira, a necessidade de vacinação em massa, até que o Ministé-

rio da Saúde se pronunciasse, apontando o quadro de epidemia.

Desde o final de julho, os técnicos responsáveis da Secretaria da Saúde já haviam constatado um quadro anormal de números de casos da doença, mas assim mesmo, não se sabe se por descrença ou pura omissão consciente, o Secretário Manoel Almeida Neto preferiu abafar qualquer alarde a respeito, mandando inclusive demitir os médicos que anunciaram, na época a possibilidade de uma epidemia de meningite em Curitiba.

Precisou a imprensa se mobilizar, publicando o aumento do número de casos e mortes. Precisou a população se manifestar, até através de passeatas, como a que será marcada para hoje, às 15 horas, na Praça Santos Andrade, pedindo a vacinação em massa, protelada pela Secretaria há mais de um mês, mesmo sob pedidos e apelos de pais de crianças. Muitos pais de alunos, aliás, (já que a maior incidência da doença se dá em crianças) preferiram não mandar seus filhos às escolas durante várias semanas, com medo de contágio da doença.

Ao que se consta, durante quase 50 dias, desde que se constatou o início da epidemia, a única providência tomada pelo Secretário Manoel Almeida foi a de precaver as pessoas quanto à importância de arejar e ventilar o ambiente, quer dizer, o Secretário mandou os professores abrirem as janelas e mandou os pais deixarem suas casas, em pleno inverno, com as janelas e portas abertas. Foi a única medida tomada pelo Secretário da Saúde, quando na verdade o vírus já se alastrava, matando crianças e criando pânico na população.

Enquanto o Paraná vive uma situação atípica com Manoel Almeida Neto à frente da Secretaria da Saúde, em Juiz de Fora, Minas Gerais, onde ocorre também um surto de meningite meningocócica, o problema se torna bem menos preocupante e tenso.

Diante de 23 casos, 9 mortes desde o início do ano, a Prefeitura da Cidade Mineira (com 850 mil habitantes em relação aos 1,5 milhão de habitantes em Curitiba) prevenindo-se de danos maiores e a possibilidade de alastramento da doença, vai promover no dia 15 a vacinação em massa em crianças de 3 meses a 14 anos. O Ministério da Saúde liberou as 150 mil doses de vacina cubana "Vamengoc" B e C, atendendo a uma preocupação das autoridades de Juiz de Fora que tomara atitudes coerentes antes que o surto se agravasse, antes que novas crianças viessem a morrer, ameaçando a saúde e a vida dos habitantes. Daqui a seis meses haverá a segunda etapa da vacinação.

Ao contrário, em Curitiba, mesmo com um quadro de 96 casos - 15 só em setembro

-, ou seja, já configurado o caso de epidemia, somente agora, depois da imprensa se mobilizar e nós, há questão de 4 meses atrás, já vínhamos alertando, atendendo o apelo da população, pedindo as providências necessárias.

Somente agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Secretaria da Saúde começa a tomar providências, o que além de tornar mais difícil a erradicação da doença, já está comprometida a vida de muitas pessoas.

Enquanto isso, o Senhor Secretário de Saúde critica a imprensa que, mais uma vez, é utilizado como bode expiatório, mais uma vez a imprensa é culpada pelas mortes de 19 crianças em Curitiba e pelos 96 que se constatarem, dizendo que os órgãos de imprensa são os responsáveis por alarmar a população porque prestamos informações incorretas e que causamos pânico junto aos populares. Imaginem os Senhores que se não fosse a imprensa alertar, se não fosse a imprensa estar à frente e dizer das mortes que ocorreram em Curitiba, em Santa Felicidade, em São Braz, em Colombo, em São José dos Pinhais.

E apesar de tudo isso, apenas se definiu a faixa etária das crianças a serem vacinadas, enquanto que o principal dado, a data da vacinação ainda não está definida. A previsão mais otimista é que se realize na 1.<sup>a</sup> semana de outubro.

Também o tipo da vacina não foi definido, mas os caminhos que foram escolhidos pela Secretaria já provocaram reações.

A chefe de controle de infecção hospitalar do Hospital das Clínicas de São Paulo, Maria Lúcia Silveira, que participou da reunião que definiu as condições da vacinação como convidada, ficou indignada com as decisões. Segundo ela, as definições foram precipitadas porque dos 90 casos registrados em Curitiba no ano, apenas 30 foram analisados. Destes, 70% (21 casos) são da doença meningocócica do tipo C e os 09 casos restantes do tipo B.

Isto quer dizer que podem haver outros tipos da doença, criticando a Secretaria por haver manipulado os dados. Que foram apresentados pela imprensa.

Ora, se mesmo dentre os técnicos do Ministério da Saúde há divergências e críticas à atuação da Secretaria da Saúde no episódio, é porque realmente houve negligência do Senhor Secretário, ou incompetência.

E é profundamente lamentável ter que vir aqui todo ano falar a mesma coisa. No ano passado nós já tivemos números alarmantes e o desespero da população. A Secretaria só tomou algumas providências pela pressão da imprensa. Nos muitos anos em que estou no rádio, raras vezes não ouvimos falar de pânico e surto.

No governo Álvaro Dias - o Governador do sucateamento da saúde - isto foi mais grave. Esperar que a morte se abata sobre as crianças para que as providências comecem a ser discutidas é muita falta de responsabilidade. Se bem nos parece, é função da Secretaria da Saúde zelar pelo bem-estar da população.

Mas e quando nem a morte é suficiente para acordar a Secretaria?

Eu proponho que se compre um despertador e mande ao Secretário Manoel Almeida Neto, para que ele acorde para a saúde do Paraná.

Todos os Governos sofreram críticas. Sempre existiram denúncias. Em todos os Governos.

Mas neste Governo, na saúde, as coisas passaram dos limites. Primeiro com Delcírio Tavares e agora com Manoel de Almeida Neto. As denúncias surgem a todo instante e o quadro parece desesperador.

O que temos de objetivo com relação ao surto de meningite é que a Secretaria pretende daqui há mais ou menos 20 dias iniciar a campanha de vacinação em massa, com um ou dois tipos de vacina que os próprios técnicos de saúde questionam por deixar uma janela aberta a um terceiro tipo da doença, além da denúncia grave de manipulação de números no episódio.

Cadê a seriedade da Secretaria neste caso?

Onde está a responsabilidade do Secretário que tem a coragem de criticar a imprensa por ter divulgado os casos de meningite?

Será que a imprensa espalhou o pânico como o Secretário diz, ou a imprensa foi a grande responsável pela discussão da questão.

Se com a atuação da imprensa e com o elevado número de mortes o que se tem é um esboço de atuação discreta da Secretaria da Saúde, o que se teria sem nada disso?

Se com toda a pressão os números foram manipulados conforme denuncia a chefe de controle de infecção hospitalar do Hospital das Clínicas de São Paulo, o que não se faria sem nada disso?

É a triste conclusão de que a política de saúde do Paraná vai muito mal, doente e abandonada, tratada esporadicamente com anestésicos e band-aid. Muito band-aid, aliás, para tapar a ferida, porque o que importa é a imagem.

(Termina de ler).

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados que se encontram hoje em plenário, diante desses fatos, diante ainda de outros atos que nos chegam ao conhecimento nesta Casa em relação à área da Saúde no Paraná, nós já tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, lamentavelmente acabou sendo manipulada

pela Bancada Governista não chegando a apresentar os resultados que nós, evidentemente, procurávamos descobrir.

No entanto, diante desses fatos e diante outras denúncias que vieram até nós e já oficializando a abertura de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito na área de Saúde.

Temos em mãos, inclusive, várias denúncias por exemplo, uma declaração à imprensa que foi feita no dia 15 de agosto de 1990 pelo Doutor José Elias Aiex Neto, Presidente licenciado da Associação Médica do Paraná. (LÊ).

Com imenso pesar, mas cumprindo um dever de cidadania, venho mais uma vez a público denunciar um grande desvio do dinheiro público, que está sendo praticado pelo governo Álvaro Dias, através da Secretaria da Saúde do Paraná.

O Ministério da Saúde repassou, há poucos dias, um montante de mais de 8 bilhões de cruzeiros (100 milhões de dólares) de verbas SUDS para atendimento das necessidades de saúde da população paranaense.

O Secretário de Saúde do Paraná está administrando este imenso patrimônio de uma maneira desonesta, como iremos comprovar a seguir.

Há que se ressaltar que o dinheiro do SUDS é dinheiro da arrecadação da Seguridade Social, ou seja, é dinheiro sagrado que é cobrado dos trabalhadores e empresários através da contribuição compulsória ao IAPAS.

#### OS FATOS:

Atendendo ao Ofício nº 1712, do Diretor Administrativo da SESA, o Secretário de Saúde do Paraná, no dia 09.08.90, autorizou a dispensa de Ato Licitatório, alegando emergência e invocando o Decreto Lei 2300/86, Artigo 22, parágrafo IV, para aquisição de material de consumo.

O montante de tal aquisição atingiu o valor de cerca de Cr\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros), ou seja, 4,5 (quatro e meio) milhões de dólares.

A justificativa apresentada pelo Secretário de Saúde para dispensa de licitação nesta compra foi a de que é um estado de emergência e que o material será distribuído aos Hospitais da Rede Pública e aos Filantrópicos, que estão passando por uma crise muito séria, em função da péssima remuneração que recebem do serviço público.

Não vou entrar no mérito, diz José Elias Aiex Neto, se o Estado deve ou não doar material de consumo a Hospitais Filantrópicos conveniados.

Reconheço o inestimável serviço prestado pelos abnegados dirigentes e funcionários das Santas Casas, Hospital Cajuru e

Hospital Evangélico, que suprem a carência deixada pelo governo, principalmente no atendimento às emergências.

Reconheço também que todos os Hospitais (públicos, privados e filantrópicos) do Paraná estão passando por uma séria crise financeira, motivada pelo péssimo valor de remuneração que lhes é destinado pelo governo como pagamento dos serviços prestados.

Em minha opinião, o Estado deve remunerar condignamente os Hospitais para que os mesmos tenham uma boa saúde financeira e possam adquirir todo o material necessário para o seu consumo.

Gostaria de salientar que o atual Secretário de Saúde do Paraná está tentando justificar um ato desonesto através da argumentação de que tem emergência na compra dos materiais a serem doados aos Hospitais, sem que no entanto se lembre que há vários meses os mesmos estão se queixando das dificuldades pelas quais estão passando, e que, além disso, eles não são os únicos a atender a população, o que tira o aspecto emergencial, pois existem outros Hospitais que prestam atendimento à população.

O Artigo 22 - parágrafo IV, do Decreto-lei 2300/86, diz o seguinte:

"É dispensado o processo licitatório nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas e outros bens".

Fica claro que na área da saúde, isto seria caracterizado nos casos de epidemias ou calamidade pública por enchentes, terremotos, etc.

Mas o aspecto mais revoltante desta compra se refere ao modo como a mesma se deu:

1) Adquiriu-se o material de 4 empresas: MEDPLAST - Indústria de Produtos Hospitalares (com sede em Curitiba), EPSILON Representações Comerciais Ltda. (com sede em Curitiba), INCOMEX Indústria e Comercial Exitus Ltda. (com sede em Joinville) e SAINEL Indústria e Comércio Ltda. (com sede em Brasília).

2) A Empresa SAINEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., cujo capital social é Cr\$ 5.800.000,00 (Cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros) vendeu Cr\$ 302.444.277,66 (trezentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros e sessenta e seis centavos) em material para a SESA. Isto significa que assumiu um compromisso de entregar mercadorias em um montante 60 vezes superior ao seu capital social.

3) É preciso também se lembrar que a SAINEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. esteve envolvida em uma denúncia de corrupção no início deste ano, a qual envolveu o Ex-Mi-

nistro da Previdência, Jäder Barbalho.

A Associação Paulista de Medicina entrou na Justiça denunciando a venda, pela SAINEL, ao Ministério da Previdência, de 36 aparelhos de automação bioquímica, por um valor 4 vezes acima do real.

4) Na compra realizada pelo Secretário de Saúde do Paraná, percebemos que existe uma série de distorções semelhantes à relatada acima.

Percebe-se, nos documentos anexos (nota de empenho da Secretaria de Saúde do Paraná), que foram adquiridos os seguintes materiais com preços acima do valor do mercado (em média, 3 vezes o valor real):

I - 119.000 pares de luva cirúrgica esterilizada n° 7,5, marca Johnson & Johnson, Sensifirm ou Lemgruber ao preço unitário de Cr\$ 313,00 (trezentos e treze cruzeiros).

Na lista de preços da LATEX LEMGRUBER S.A., verificamos que o custo de tal luva é Cr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros) a unidade.

Portanto, pagou-se 313 e o preço é 180 cruzeiros.

Em contato com a empresa acima, fomos informados de que este valor pode receber desconto de até 50% para compra em grande quantidade.

II - 114.000 pares de luva cirúrgica esterilizada n° 8, marca Johnson & Johnson, Sensifirm ou Lemgruber, por Cr\$ 313,00 (trezentos e treze cruzeiros) o par.

A Lemgruber vende a luva n° 8 pelo mesmo preço da n° 7,5, como vemos em sua tabela de preços.

É importante que se diga que no dia 10.08.90, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha fez uma Tomada de Preços para adquirir 20.000 luvas esterilizadas e os preços apresentados pelas empresas consultadas variaram entre 60 e 150 cruzeiros a unidade. O número desta Tomada de Preços é 106/90 e pode ser encontrada na SESA, onde está arquivada.

III - 6.096 peças de esparadrapo Hipoalérgico 10 x 4,5 cm, marca Cremer ou 3M, ao preço unitário de Cr\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove cruzeiros) e 16.700 peças de esparadrapo impermeável 10 x 4,5 cm, marca Leucoplast, ao preço unitário de Cr\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros) a unidade.

Em qualquer farmácia se adquire estes esparadrapos por um valor abaixo dos acima, mesmo para venda à varejo.

A MEDPLAST INDÚSTRIA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., de Curitiba, vendeu à SESA, entre outros:

I - 196 m de tubo de borracha latex n° 202 com 15 m, marca Adretex ou Lemgruber, pelo valor unitário de Cr\$ 2.860,00 (dois mil, oitocentos e sessenta cruzeiros) a



unidade.

Na lista de preços da LEMGRUBER, vemos que o valor do metro do tubo de latex nº 202 está custando Cr\$ 153,76 (cento e cinquenta e três cruzeiros e setenta e seis centavos), mesmo sem o desconto de 50% que a empresa dá para compras em grande quantidade.

II - 750 m do mesmo tubo acima, só que com valor unitário de Cr\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta cruzeiros).

É de se estranhar que o mesmo tubo foi comprado da mesma empresa com valores tão diferentes, de acordo com a metragem.

Os nossos advogados irão entrar na justiça com um pedido de embargo do pagamento de tal compra, pois não podemos permitir que continuem a desviar recursos da Saúde Pública desta maneira.

(a) DR. JOSÉ ELIAS ALEX NETO

O SR. ALGACI TÚLIO - Termina de ler.

E aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há uma série de documentos, de notas, Diário Oficial, empenhos, além de notas de imprensa que diz "Inamps nega superfaturamento na compra de equipamentos médicos". "Empresa afirma que a venda é legal", entre outras. Além de que há também a informação da "Folha de São Paulo": "A ausência de licitação é irregular", diz a entidade. "Procuradoria da República confirma denúncia". Aqui está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, recortes do jornal da Associação Paulista de Medicina que confirma "Compra irregular de equipamentos pelo IAPAS". Enfim, uma série de documentos. E em razão desses fatos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que nós então abrimos uma nova CPI, em função de que, desses dados que nós apresentamos, entre tantas outras denúncias que estão aparecendo, solicitamos a instalação da CPI da Saúde, a CPI da Saúde número dois, porque este ano já é a segunda. É assinada por quase todos os Parlamentares desta Assembléia, pelo menos pela sua quase maioria está aqui. E hoje pela manhã, aliás ontem a tarde, nós estivemos reunidos com os Deputados que foram indicados pelas Bancadas dos Partidos com assento nesta Casa, para oficializarmos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e presidida por este Parlamentar, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu pela escolha do Deputado Algaci Túlio, para a Presidência; o Deputado Luciano Pizzatto, para a Vice-Presidência; o Deputado Haroldo Ferreira, para ser o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em razão disso, nós evidentemente, vamos então começar já, a partir desta semana, a coletar alguns depoimentos, para, a exemplo do que estamos fazendo, com a Comissão Parlamentar de Inquérito, que está em funcionamen-

to nesta Casa, que visa a apurar possíveis irregularidades, na área fazendária do Estado do Paraná, diante de denúncias feitas aqui neste Plenário, por ocasião da convenção do Partido do Governo, quando o candidato agora ao Senado pelo PMDB, Waldir Pugliesi, utilizando esta mesma tribuna, desferiu violentas críticas, graves acusações, ao ex-Secretário de Finanças do Estado do Paraná, Senhor Haully, dizendo de que até havia desvio de verbas do Governo do Estado, para a campanha política do ex-Secretário. E esta Comissão já se reuniu por três ocasiões, ouvindo várias pessoas, depoimentos importantíssimos, que evidente, por uma questão de ética, nós não vamos dizer aqui através deste microfone, mas, estão nas cópias taquigráficas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que a cada dia que passa, coleta informações importantíssimas, que já até configuraram um prejuízo enorme para o Governo do Estado do Paraná, para o Banco Del Paraná, com a sua filial em Nova Iorque.

Então são fatos sérios que esta Casa que tem que exercer o sagrado direito de fiscalizar os atos do Governo, precisa imediatamente dar continuidade de trabalho, mesmo até com dificuldade num período eleitoral, mesmo com essas dificuldades, precisamos tocar esta Casa, e estamos fazendo isso, através da Ordem do Dia, que normalmente é votada nesta Casa, e através das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Por isso, Senhor Presidente, eu queria colocar esses fatos aqui na tribuna, para que esta Assembléia tome conhecimento do que está acontecendo na área de Saúde, tenho certeza, que o Deputado Raul Vitor Lopes, poderá também na sequência, dizer a triste situação da Segurança Pública do Estado do Paraná, que nestes últimos dias, tem registrado um aumento extraordinário da criminalidade no Estado do Paraná, ao ponto Senhor Presidente, vou apenas relatar um fato aqui: três igrejas foram queimadas em Curitiba, saqueadas e queimadas, um padre, uma figura até folclórica de nossa cidade, do Bairro da Água Verde, o padre Francisco, o padre Chico, e foi inclusive, esfaqueado na primeira ocasião, e anteontem mais uma vez atacado pelos bandidos. Ontem a tarde, no bairro da Água Verde, um cidadão foi também assaltado e seqüestrado e quase assassinado pelos bandidos.

Esses são apenas alguns dados, que nós colocamos aqui, porque se fosse para nós relatarmos tudo o que está acontecendo na cidade na área de segurança, precisaríamos transferir para cá, para essa Assembléia o nosso programa de três horas e meia de noticiário policial, para mostrar a realidade triste em que vive a Segurança Pública do Estado do Paraná. Capital do Estado e

Região Metropolitana que tinha quase quatrocentas viaturas para policiamento da cidade, hoje tem apenas, não muito, quinze ou dezoito viaturas, quando estão em condições de rodar pela cidade.

Esta é a triste realidade da Saúde deste Paraná, sem entrarmos na área da Educação, que nós visitamos nos últimos dias, algumas escolas do Estado e reconhecemos que há também a deficiência, na educação do Município, nós estamos lutando também para que isso não continue, mas, o Estado do Paraná Senhor Presidente, escolas caindo aos pedaços, escolas sem vidro nas janelas, em que os alunos empilham carteiras para não permitir que o vento frio deste inverno curitibano penetre nas salas de aula. No litoral do Paraná Senhor Presidente, onde estivemos no último sábado, criando a Associação que vai defender o novo Município de Pontal do Paraná, tivemos um relato triste de uma Professora, de uma Diretora de escola, dizendo Senhor Presidente que os alunos levam de casa uma cadeira para poder sentar na sala de aula. Esta é a triste realidade da Educação, da Segurança e da Saúde no Estado do Paraná; que na mídia está sendo muito vendida, mas que na prática é esta a nossa realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário da Liderança do PSDB concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu até tinha declinado de fazer alguns comentários, mas todavia, chamado que fui, alertado e observado pelo companheiro Algaci Túlio, não podemos deixar de vir aqui na tribuna para prestar alguns esclarecimentos.

Preliminarmente eu quero fazer das minhas palavras, as do Deputado Algaci, quando analisa de uma forma categórica o estado em que se encontra a Saúde Pública do Paraná.

Vejam os Senhores, Senhores Deputados, Senhores presentes nesta Casa, os serviços essenciais descritos na Carta Magna na Constituição do Brasil, se traz, recomenda, determina ao Governo a total vigilância, assistência e está no Estado do Paraná em estado deplorável.

O Deputado Algaci Túlio aqui declinou Saúde, Educação e Segurança. Indiscutivelmente áreas que temos trabalhado e juntos com alguns outros Deputados, como o Deputado Nelson Vasconcellos e outros tantos que aqui trabalham nesta Casa tem de quando em vez dirigido e sinalizado alguns esforços no sentido de sensibilizar Sua Excelência, o Governador, um Governo que vem desenvolvendo naturalmente uma Política,

mostrando através de uma mídia que o nosso candidato está em primeiro lugar, está à frente dos ibopes e pesquisas; uma mídia que eu não ponho, veja bem, atente pelo amor de Deus o que eu vou dizer aqui com detalhe: Que eu não ponho em dúvida, as empresas, as instituições que procedem a respectiva pesquisa para o fornecimento do respectivo ibope a nível nacional, não ponho porque merecem de todos nós a credibilidade necessária, todavia, é uma mídia feita em cima de uma pesquisa totalmente dirigida, para mostrar como o sempre mostrou uma farsa deste Governo durante todo esse período. Se assim fosse verdade Deputados, tal não teria acontecido quando das eleições de Prefeito passado, quando Sua Excelência, o Governo do Estado ocupava no ibope uma pesquisa de 98%, 97%; perdeu em todos os Municípios de grande porte, médio porte, inclusive na sua Capital, e aqui está a enganar esse povo, naturalmente para conscientizar, conduzir, dirigir a cabeça do eleitor.

Ganha de uma forma maravilhosa e se Deus quiser há de vencer Richa ao Governo do Estado, que há de trazer a normalidade, a harmonia a este querido Estado. E nós vamos ter a oportunidade de chamá-lo à responsabilidade na hora certa para que ele venha aqui nesta Casa e na Justiça fazer jus o que nós estamos há muito tempo pedindo.

Mas Algaci Túlio, meu prezado e amigo companheiro, de há muito tempo, desde o tempo em que eu militava à frente do Comando da Polícia Militar, quantas vezes juntos declinamos e tentamos salvaguardar em forma de sufoco o que ocorria no Estado do Paraná; nós paranaenses que fomos modelo nacional de uma Segurança Pública que mostrou ao "Brasis" como se fazia através de um sistema de dar à comunidade a ordem, a tranquilidade necessária, tranquilidade que hoje ela clama, grita, berra pedindo pelo amor de Deus: "Onde está a Polícia?" Não sei! Sua Excelência, o Governador acabou até com a ousadia e a coragem de mandar a pedido do Comando Geral, numa Mensagem chamada N° 154, numa forma discricionária um aumento tão somente aos oficiais da cúpula do escalão superior. Aonde estão os soldados, aqueles que sustentam a ordem e a segurança desta sociedade?

Quando eu pertencia, Governador, ao seu Governo o Senhor um dia me disse: "Irei fazer uma política salarial pela base." Conversa Governador, o Senhor esqueceu aquilo que disse, o Senhor passou a fazer novamente pelo vértice e esqueceu que aí está a Segurança, onde eu vou me reportar.

Por infelicidade, no momento presente, eu moro no bairro Água Verde, parece



que as coisas estão sendo conduzidas de forma propositada. O Padre Chico da nossa Paróquia um pobre Reverendo, duma paróquia de cem anos, a mais antiga desta comunidade foi vítima por duas vezes...

Senhor Presidente, que queria usar o horário da minha Bancada, da qual eu tenho a honra de pertencer, Tucana. Estou com uma autonomia de vôo extraordinária e em que pese o Governo tentar me atingir, mas não me atinge porque eu estou invulnerável, graças a Deus, sou um homem correto, honesto e decente e tenho a minha vida pautada com a maior dignidade possível.

E o Padre Chico, coitado, pela segunda vez foi violentado, quase morto por facínoras, bandidos. E eu tenho sido chamado a atenção: "E você, Coronel Raul, o que é que faz?" Eu faço o que posso, faço tudo o que posso, mas depende, evidentemente, de alguém que é o Comandante - Chefe das Forças Auxiliares deste Estado da Federação. Assim como a Segurança, a Saúde, a Educação, serviços essenciais estão todos caóticos no Estado.

E aqui venho, Senhor Presidente, Senhores Deputados e os poucos ouvintes que nos assistem, pedir e dizer aos Senhores que façamos alguma coisa. E o que nós poderemos fazer, Senhores, é daqui a vinte dias tentar corrigir - o que o IBOPE de uma forma lamentável, porque está sendo feita em cima de uma massa totalmente dirigida e reverter a situação e mostrar que quem pode salvar este Estado é, sem dúvida alguma, José Richa, o homem que já mostrou. Muitos companheiros que aqui estão, inclusive, V.Exa. Senhor Presidente e alguns que o assessoram e os que assistem neste Plenário esta palestra e assistem o Expediente do dia de hoje.

Eu vou encerrando porque estou bastante emocionado, exaltado e as coisas até certo ponto podem trazer prejuízo para mim, mas não importa porque eu vim para esta Casa para fazer justiça, vim para representar a Polícia Militar e a sociedade paranaense, portanto, faço jus àquilo que honraram e consagraram comigo nas eleições passadas, concedendo-me, graças ao bom Deus, vinte e nove mil votos.

Muito obrigado Companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerro o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 441/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 156/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95, de 21.08.90 - Mensagem.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 96/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que autoriza a Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo proceder a alterações na remuneração dos servidores deste Poder, respeitando as disposições constitucionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 440/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 155/90), que altera a partir de 01/09/90, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n° 7424 de 17/12/80, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Com PARECER FAVORÁVEL da

COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.  
Emenda - Aprovada.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 333/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PFIFFER", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 11/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que altera a composição da Região Metropolitana de Curitiba, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que inclui a categoria funcional de Museólogo, Padrão I, no plano de classificação de cargos do Estado do Paraná. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Igreja Batista em Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS, MORADORES E AMIGOS DOS BALNEÁRIOS DE GRAJAÚ E LEBLON", com sede e foro no município de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de PITANGUEIRAS, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Coronel Vivida, com sede e foro no município de Coronel Vivida. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o município de ITACOLMI, com território desmembrado do mu-

nicipio de Cambira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposições de Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567 de 08/01/1982). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 451/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do município de Miraselva e divisas que específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 84/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que específica, no município de Rolândia, para que a população decida sobre a criação do Município de PITANGUEIRAS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 91/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área que específica, no município de Rio Branco do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ITAPERUÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 101/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Miraselva, para que a população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de RIO BRANCO DO IVAÍ, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, com divisas que específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 217/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, visa criar o Município de Rio Branco do Ivai, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifi-

ca.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do mencionado projeto de lei, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 59/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Colombo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de GUARAITUBA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/90

#### P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, tem a finalidade de autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Colombo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guaraituba.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, inciso II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/90

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de GUARAITUBA, desmembrado de Colombo.

"Tem como ponto inicial e final a ponte no Rio Atuba, na Estrada Velha da Graciosa.

Do ponto inicial sobe pelo rio Atuba até a ponte na Av. Santos Dumont, segue

por esta até a Rua Rafael Francisco Greca, por esta até o entroncamento com a Avenida Nossa Senhora do Caravaggio, por esta até o entroncamento com a Rua Vergílio Arcie, por esta rumo noroeste até o Rio Capivari, desce por este (Divisa Intermunicipal com Bocaiúva do Sul) até a foz do Rio Rathiel, sobe por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul) até a sua cabeceira, deste ponto, em linha reta e seca até a cabeceira do Rio Cangüiri, desce por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul e Quatro Barras) até a ponte na estrada velha da Graciosa, segue por esta rumo a Curitiba (Divisa Intermunicipal com Piraquara) até a ponte do Rio Atuba, ponto inicial e final."

#### PERÍMETRO URBANO

"Tem como ponto inicial e final a ponte no Rio Cangüiri na Estrada Velha da Graciosa.

Do ponto inicial segue pela Estrada Velha da Graciosa rumo a Curitiba até a ponte no rio Atuba, sobe por este até a ponte na Avenida Santos Dumont, segue por este a Rua Marcos Cardoso, por esta até o Rio Sem Nome, sobe por este até a Divisa Leste da Vila São Paulo, Divisa Leste da Vila São Paulo (inclusive) até a rua Presidente Faria, por esta até a Rua Ângelo Rusenente, por esta até o bueiro no Rio Cangüiri, desce por este até a ponte na Estrada Velha da Graciosa, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoiamento: Erondy Silvério, Luciano Pizzatto, Raul Lopes, Ezequias Losso e Renato Adur.

Projeto - Aprovado, artigo por artigo.  
Emenda - Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/90, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 9353/90, que passa a ter a seguinte redação: "A sede do Município de Cândói fica localizada no Distrito de Paz, na localidade de Segredo. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 104, de 04.09.90.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2201-B, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2201-H, 2201-C, 2201-D, 2201-G e 2201-E, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2201-A, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2201-F e 2201-I, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia que houve um acordo das Lideranças, digo, de comum acordo com as Lideranças transfere o esforço concentrado marcado para os dias 18, 19 e 20, para 8, 9 e 10 de outubro. As sessões normais continuarão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/90.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/90 e do Projeto de Resolução nº 59/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/90.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 57/89, 175, 366, 382, 419, 477 e 478/90.

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Diretoria Geral:

##### PORTARIA Nº 104/90

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar, o funcionário Eldo Gevezier, matrícula nº 056, ocupante do cargo de Con-

sultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria da Procuradoria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.09.90.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

#### Ato da Comissão Executiva:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 262/90

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5500, de 14 de junho de 1989, deste Poder,

#### RESOLVE:

aposentar, nos termos dos Arts. 132, e parágrafos; 138, item II; 140; item III, 170 e parágrafo; 171 e parágrafos; e, 172, inciso IV, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Rubens Damas, matrícula nº 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente à simbologia D.A.S.-4, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto nº 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, da Resolução 02-64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

1º Secretário

(a) WERNER WANDERER

2º Secretário